ATA N.º 23/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06.NOVEMBRO.2018

----------Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, no Polo Escolar da freguesia de Chave, deste concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência da sua Presidente, senhora Margarida Maria de Sousa Correia Belém, e com a presença dos Vereadores senhores António Brandão Tavares, Maria Fernanda da Conceição Oliveira, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, Fernando Brandão Mendes, Vítor Carlos Costa Carvalho e Sandra Maria de Brito Monteiro de Melo.----------

----------Pelas 14.30 horas a senhora Presidente declarou aberta a reunião.----------

----------I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------A Vereadora senhora Sandra Melo apresentou o seguinte: ----------

----------"**1**. No passado dia 11 de Outubro, foi assinado um acordo de gestão da nova ligação de Escariz a Pigeiros, cujo conteúdo apenas tivemos conhecimento posteriormente em reunião de Câmara. Não colocando em causa a importância de qualquer nova acessibilidade que seja prometida para o concelho de Arouca, julgo que o acordo de gestão que foi assinado tem uma alínea que inevitavelmente deve ser esclarecida. Refiro-me ao ponto que afirma que "o Município poderá ter de comparticipar até 10% da obra". Gostava de questionar em que condições é que esta possibilidade se tomará numa obrigatoriedade? Em que condições é que a Câmara terá de comparticipar cerca de 2,9 Milhões de Euros por uma obra que não é exatamente a Variante pretendida? -- ----------

----------**2**. Gostava de questionar se houve alguma evolução neste processo de identificação e integração dos precários no âmbito do PREVPAP e se efetivamente os mesmos têm ou não prioridade nos concursos que venham a ocorrer neste âmbito?----------

----------**3**. Recentemente, os municípios portugueses mais afetados pelo turismo e respetiva proliferação do alojamento local têm tomado medidas para limitar estas atividades. O município de Arouca prevê efetuar este tipo de procedimentos ou considera que o mercado local de arrendamento não está a ser afetado negativamente pelo alojamento turístico (privado) local?"----------

----------O Vereador senhor Vítor Carvalho apresentou o seguinte: ----------

----------1. DEFESA DO AMBIENTE/INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO – PARECER: ----------

----------Relativamente a este assunto o executivo e o governo anda a empurrar o problema com a barriga e claramente desmotivar ainda mais a gestão das propriedades. Todos os especialistas nacionais e internacionais referem que temos um problema de gestão de biomassa, que só se resolve com efetiva gestão. --

---------- Com a inoperância dos nossos governantes e indecisão está-se a desmotivar o ordenamento e a gestão, está-se a agravar o problema e não a resolver o que quer que seja. As áreas já estão ocupadas com eucalipto (ver fotos) e temos que ajudar a ordenar e gerir. A autarquia já apresentou alguma sugestão ao governo, já se insurgiu com esta situação de dar pareceres tornando-nos meros peões e instrumentalizando-nos?---------- ----------

---------- O Parecer da Câmara é vinculativo, ao contrário do que nos foi dito pela Sr.ª Presidente numa reunião do executivo, sobre este assunto), como diz o n.º 2 do art.º 9, da lei n.º 77/2017, de 17 de Agosto, "para ações que ocorram nos espaços florestais...sobre matérias que se encontrem vertidas no respetivo Plano Diretor Municipal.". Como a floresta não está ainda vertida no PDM, não existe base legal que sustente o parecer negativo. ----------

---------- O problema é muito maior que a espécie florestal, trata-se da gestão, quer seja eucalipto, pinheiro, sobreiro, castanheiro ou outra espécie (mosaicos/monocultura). ----------

---------- Se queremos a delegação de competências, o problema está do lado do Município, que reveja o PDM e incorpore as orientações florestais. ----------

---------- A questão é que não se fez nada a partir do incêndio de 2016, a não ser “tímidas intervenções” nas faixas de proteção, mas que servem para proteger terceiros e habitações e não para intervir ou gerir a floresta.------- ----------

---------- Neste sentido deixamos várias iniciativas para motivar a alteração da paisagem. E podemos começar pela área do Município de 120 ha, que esta há mais de 10 anos sem ser gerido, com meios próprios e sem olhar a projetos megalómanos já podia estar concluído a custos mínimos. ----------

---------- Por 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), a preços de mercado, tínhamos os 120 ha reconvertidos em espécies autóctones. Por que é que parte da receita dos Passadiços não reverte diretamente para a reconversão da área do Município? e faziam uma parte anualmente. ----------

---------- A Camara tem um viveiro municipal, poderia disponibilizar (a valores simbólicos) aos munícipes árvores de espécies autóctones, por 3.000,00€ (três mil euros) podiam adquirir 10.000 (dez mil) plantas.----------

---------- Será este um valor exagerado quando se gastam centenas de milhares ou milhões em outras iniciativas. Quanto dinheiro que os turistas deixam em Arouca reverte para os donos da paisagem (proprietários florestais ou baldios) e então como nada reverte, ainda se quer limitar a sua intervenção. Vejamos o peso do sector florestal comparado com os outros municípios do EDV, que em termos de emprego como em valores.-----

---------- O Vereador senhor Fernando Mendes apresentou o seguinte: ----------

---------- “1. ACESSIBILIDADES/MOBILIDADE----------

----------[1.1] Ensino Básico/Reparação de Anomalias do Pólo de Chave: ----------

----------Na reunião de Câmara de 05/06/2018, foi deliberado, caso o consórcio responsável pela obra, não assumisse de "forma inequívoca" o reconhecimento dos defeitos e trabalhos em falta assinalados pelo Município, a realização do procedimento concursal com vista à realização dos trabalhos ainda em falta. ----------

----------Lamentamos que só passados 6 meses se tenha iniciado novamente o procedimento concursal, tendo nós alertada várias vezes para a urgência do assunto muito antes de estar a decorrer o ano escolar. ------

----------[1.2] Infraestruturas/Pavimentação de Tapetes/Urrô: ----------

----------A empreitada de "Pavimentação em tapete em vários locais do Concelho" que prevê, entre outros arruamentos, a pavimentação da ligação de Forno Telheiro à Igreja de Urrô encontra-se suspensa por facto não é imputável ao empreiteiro. Essa suspensão foi aprovada em 27 de Março do corrente ano. ----------

----------Reconhecendo a importância e a oportunidade da realização de trabalhos que não estavam previstos na empreitada referida a Junta de Freguesia de Urrô propôs o alargamento em alguns pontos deste arruamento, dotando-a de outras infraestruturas. Esses alargamentos foram efetuados pela Câmara Municipal no início do Verão, com a escavação de alguns terrenos que gentil e gratuitamente foram cedidos por algumas instituições e alguns habitantes daquela freguesia.----------

----------Vamos entrar no Inverno, embora ele já se faça sentir, os benfeitores que doaram os terrenos, e as pessoas que por lá circulam diariamente encontram-se preocupados com a segurança e com o andamento dos trabalhos que prometiam ser breves.----------

----------Dadas estas preocupações questionamos:----------

----------Quando serão realizados os muros de suporte necessários que são por uma questão de segurança urgentes?----------

---------- Quando serão realizadas as demais infraestruturas agora previstas? ----------

---------- Quando será finalmente pavimentado o arruamento que está previsto, agora com as necessárias adaptações, na empreitada inicialmente referida? ----------

----------[1.3] Rua de Santo António----------

----------Após ter verificado "in loco" a rua encontra-se deteriorada (cubos soltos) caixas mal rematadas que causam transtorno aos utilizadores e residentes, gostaríamos que verificassem esta situação.----------

----------2. TURISMO/ALTERAÇÃO DO PROJETO DA PONTE SUSPENSA DA CASCATA DAS AGUIEIRAS (PONTE PEDONAL SUSPENSA SOBRE O RIO PAIVA) – PROJETO DE EXECUÇÃO----------

----------Gostaríamos que a Sr.ª Presidente nos informasse sobre o ponto de situação do decurso das obras da ponte suspensa, e das sucessivas alterações (primeiro 480m, depois 508m e agora 516m); trata-se de

ações de marketing ou são erros que não foram devidamente acautelados/estudados ainda em fase de projeção e especialidades? Foram realizadas sondagens geofísicas e geotécnicas nos momentos e sítios certos? ---------- Com estas sucessivas alterações qual é o impacto orçamental (custos diretos e indiretos); seria importante com clareza que nos informasse qual o valor do desvio até à data e o que está previsto para futuro. ---------- Trata-se de uma obra que compromete cerca 15% do orçamento respeitante ao valor do investimento do município para um ano." ----------

---------- A propósito das questões suscitadas pela Vereadora senhora Sandra Melo, a senhora Presidente referiu que: -- ----------

---------- **1.** O acordo de gestão que a Câmara aprovou foi um bom acordo, recordando que a A. M. já tinha aprovado uma proposta que definia a comparticipação da Câmara no mesmo troço com o valor de 2,9 milhões de euros, quando o que agora foi acordado prevê apenas a possibilidade da Câmara vir a comparticipar, nos termos que vierem a ser acordados posteriormente, nos encargos que resultarem da obra que venha a ser realizada no território do Município.----------

---------- **2**. Bem gostaria que os serviços já tivessem feito o levantamento da situação, mas tal não foi ainda possível. A Câmara terá de identificar os lugares que se possam incluir no PREVPAP para, posteriormente, abrir os necessários concursos para admissão dos trabalhadores que sejam considerados imprescindíveis. ----------

---------- **3.** O alojamento local no concelho tem sofrido um grande incremento, facto que vê com agrado, até pelo facto de estar a contribuir para a requalificação de muito património degradado, não lhe parecendo, contudo, que esse aumento esteja já a provocar distorções significativas no mercado de arrendamento.----------

---------- Na sequência da resposta dada à primeira questão, a Vereadora senhora Sandra Melo apresentou o seguinte: ----------

---------- "A comparticipação que havia sido aprovada em AM referida pela senhora presidente refere-se às expropriações em território do concelho de Santa Maria da Feira. Posteriormente a esta aprovação, a senhora presidente afirmou em sede de AM que o município já não iria comparticipar estas expropriações, o que era uma grande vitória para o concelho.----------

---------- Portanto, considero que o facto de ter sido aprovado no anterior mandato expropriar terrenos em município vizinho e posteriormente o município ter ficado livre desse ónus não implica agora que a possibilidade de comparticipação de até 10% da obra seja o mesmo tema aprovado em AM no mandato anterior." ----------

---------- A propósito do assunto suscitado pelo Vereador senhor Vítor Carvalho, a senhora Presidente referiu que: -- ----------

---------- As questões da floresta são complexas, tanto mais que o município não tem ainda no seu Plano Diretor Municipal as normas regulamentares que habilitem a Câmara a ter voz ativa no licenciamento das ações de florestação;----------

----------A propósito da intervenção proferida pelo Vereador senhor Fernando Mendes, a senhora Presidente referiu que:----------

----------**1.1** Os serviços tiveram de avaliar de forma exaustiva todos os pormenores que envolvem este processo para que a Câmara possa decidir minimizando o mais possível os riscos dessa decisão vir ser posta em crise, por parte do empreiteiro, em sede judicial. ----------

----------**1.2** A intervenção de Forno Telheiro a Urrô foi interrompida, primeiro, para implementar as redes de água e saneamento, e agora para que fosse contemplado o alargamento da via e a construção de passeios, estando neste momento a decorrer o procedimento concursal para a construção de muros que se mostrem necessários na sequência do alargamento referido.----------

----------**1.3** Vai ordenar aos serviços que verifiquem a situação descrita.----------

----------**2.** O redimensionamento da ponte resultou de aspetos técnicos que se encontram devidamente explicados na proposta de alteração ao projeto inicial daquela obra que faz parte da ordem do dia desta reunião, estando ainda a ser calculado o acréscimo do custo que advirá dessa alteração. ----------

----------II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:----------

----------01. ATA: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a ata n.º 22/2018, relativa à reunião ordinária de 16 de outubro último. ----------

----------Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se a Vereadora senhora Fernanda Oliveira por não ter estado presente na reunião a que respeita. -----

----------02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: ----------

----------Foi presente a carta da Vereadora senhora Fernanda Oliveira a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.----------

----------Aquando da apresentação deste assunto aquela senhora Vereadora informou a senhora Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarada impedida de participar na sua discussão e votação.---

----------Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar a falta justificada.----------

----------03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: ----------

----------Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 210, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €5.609.177,58 (cinco milhões seiscentos e nove mil cento e setenta

e sete euros e cinquenta e oito cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €5.121.526,22 (cinco milhões cento e vinte e um mil quinhentos e vinte seis euros e vinte e dois cêntimos) e €487.651,36 (quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e um euros e trinta e seis cêntimos). ----------

---------- A Câmara tomou conhecimento.----------

---------- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 22.ª ALTERAÇÃO:-------

---------- Foi presente à consideração da Câmara a 22.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta a diminuição da dotação global definida no valor de €58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes e Vítor Carvalho e o voto contra da Vereadora senhora Sandara Melo, aprovar aquela alteração. ----------

---------- 05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 22.ª ALTERAÇÃO:----------

---------- Foi presente a 22.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €214.000,00 (duzentos e catorze mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes e Vítor Carvalho e o voto contra da Vereadora senhora Sandara Melo, aprovar o documento que antecede. ----------

---------- 06. ENSINO BÁSICO/REPARAÇÃO DE ANOMALIAS DO POLO ESCOLAR DE CHAVE:----------

---------- Foi presente à reunião de Câmara de 5 de junho do corrente ano uma breve súmula do processo relativo à correção de anomalias do Polo Escolar de Chave, na sequência do que foi deliberado solicitar ao consórcio que, no prazo máximo de oito dias, informasse, de forma inequívoca, se reconhecia os defeitos e os trabalhos em falta assinalados na empreitada pelo Município, identificados no mapa de trabalhos já notificado, e que informasse ainda se os pretendia corrigir e realizar integralmente sem quaisquer reservas ou condições e, no caso de a resposta ser positiva, autorizar o consórcio a realizar, nesta fase, os trabalhos respetivos, fixando-lhes as respetivas condições, designadamente no que respeita ao início e ao prazo máximo para a sua conclusão. --- ----------

---------- Vem agora a DPO informar que:----------

---------- 1. Notificado o consórcio a quem foi adjudicada a empreitada (constituído pelas empresas Construções Carlos Pinho, Ld.ª e Conduril, SA) este veio, pela carta datada de 25 de junho findo, "comunicar de

forma inequívoca que reconhecemos os defeitos constantes no v/ ofício n.º 3017 de 21 de julho, à exceção dos trabalhos de AVAC, segundo parecer dos nossos técnicos, há trabalhos cujas especificações não correspondem ao constante do caderno de encargos da empreitada" solicitando reunião técnica para aferir da conformidade dos trabalhos; ----------

----------2. A reunião pedida foi realizada, por acordo entre as parte, no dia 12.07.2018, finda a qual o consórcio, ficou, uma vez mais, de informar o município, de modo inequívoco, sobre os trabalhos que considerariam ser da responsabilidade deste.----------

----------3. A coberto de ofício datado de 17 de julho o consórcio vem então pronunciar-se declinando a sua responsabilidade na maior parte dos trabalhos que o município considera ser da responsabilidade deste. ----

----------Face ao exposto, e dado que, de acordo com a posição tomada pelo consórcio, este continua a não assumir a responsabilidade pela maioria das anomalias apontadas e dos trabalhos em falta, não cumprindo, assim, as suas obrigações, sem reservas ou condições, propõem os serviços que a Câmara delibere abrir um novo procedimento com vista à realização dos trabalhos de correção e dos trabalhos ainda em falta, necessários para o exato e integral cumprimento do contrato, por entidade terceira com preço base resultante do mapa de medições e orçamento atualizado, face aos preços calculados com base na consulta informal ao mercado e que o facto seja notificado ao consórcio adjudicatário, embora as anomalias e os trabalhos em falta já lhe tenham sido notificados.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar o que é proposto pelos serviços. ------ ----------

----------07. ENSINO BÁSICO/CONCURSO ILUSTRA A TUA ESCOLA – 2018/2019 – REGULAMENTOS:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara os regulamentos do concurso "Ilustra a Tua Escola 2018/2019", relativos ao Polo Escolar de Chave e ao Polo Escolar da Boavista, documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta ata. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles regulamentos. ----------

----------08. ENSINO BÁSICO/CORTA-MATO ESCOLAR 2018 – CONDICIONAMENTO DO TRÂNSITO:-

----------Pela DDS foi presente a seguinte proposta:----------

----------«O Agrupamento de Escola de Arouca vai realizar no dia 7 de novembro de 2018, pelas 9h30, o "Corta-Mato Escolar 2018", que contará com a presença de cerca de 400 alunos do 5.º ao 12.º ano de escolaridade. ----------

---------- Para levar a efeito, conforme solicitado pelo Agrupamento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º da Postura Municipal de Ordenamento de Tráfego, em vigor no município, encerrar o trânsito automóvel da Avenida dos Descobrimentos entre a Rotunda dos Combatentes e a Casa do Povo, pelo período da manha, das 9h30 às 13h00.» ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar o encerramento ao trânsito nos termos pretendidos.----------

---------- 09. CULTURA/REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL – PROCEDIMENTO SEM EFEITO ÚTIL: ---------- ----------

---------- Precedendo concurso público, a Câmara, por deliberação de 22 de maio último, adjudicou a empreitada em epígrafe à concorrente ordenada em primeiro lugar, tendo esta sido notificada para apresentar os documentos de habilitação e a caução exigidos nos termos previstos no programa de procedimento e caderno de encargos. ----------

---------- Por aquela concorrente não ter entregado os referidos documentos nem a caução, na reunião de 17 de julho seguinte, deliberou declarar a caducidade daquela adjudicação e adjudicar os trabalhos à proposta subsequente, nos termos previstos nos artigos 86.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). ----------

---------- Esta nova adjudicatária também não deu cumprimento à notificação feita no sentido de apresentar a caução exigida, pelo que a Câmara Municipal, na sua reunião de 2 de outubro findo, deliberou declarar também a caducidade desta adjudicação e adjudicar a obra à concorrente subsequente. ----------

---------- Informa agora o DAGF que:----------

---------- Feita a respetiva notificação, veio esta concorrente, Pedro & Orlando Silva Construções, Ld.ª, dar nota que, por ter no momento várias empreitadas a decorrer, abdica da adjudicação que lhe foi notificada; --------

---------- 2. Entre o termo do prazo para apresentação das propostas e a data da comunicação da adjudicação já decorreram mais de 66 dias úteis, prazo fixado no programa de procedimento durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a proposta, como prevê o art.º 65.º do CCP, pelo que o empreiteiro não é obrigado a manter a sua proposta nem pode ser sancionado por ter manifestado desinteresse na adjudicação dos trabalhos;----------

---------- 3. A lista de concorrentes admitidos ao concurso está esgotada pelo que a Câmara pode, se assim o julgar conveniente, deliberar abrir novo procedimento concursal tendo em vista a adjudicação dos trabalhos. ---- ----------

---------- A Câmara tomou conhecimento.----------

---------- 10. CULTURA/REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL - AVISO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: ----------

----------Na sequência da deliberação precedente, foram presentes à consideração da Câmara o aviso, o programa de procedimento e o caderno de encargos relativos à empreitada em epígrafe.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a execução da referida empreitada, fixar em €136.012,10 (cento e trinta e seis mil e doze euros e dez cêntimos) o respetivo preço base, adotar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, de acordo com a informação da DPO que se encontra a instruir o processo e nos termos do disposto no CCP.----------

----------11. CULTURA/AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA OFERTA: ----------

----------Pela DDS foi presente a seguinte proposta:----------

----------«No seguimento da proposta de Edições Mimos & Livros, Lugar da Palavra Editora, Unip. Lda., NIF 508 696 020, de 10 de setembro para aquisição de 20 exemplares do livro de poesia "Como um grão de areia" de autoria de Maria de Lurdes Duarte, autora local, residente na freguesia de Alvarenga, sou pelo presente a propor que a Câmara Municipal de Arouca adquira os 20 exemplares propostos pelo preço unitário de 10,60€ com IVA incluído à taxa de 6%, à editora acima referida, num total de 212€, para oferta às Bibliotecas Escolares de 2.º, 3.º CEB e do Ensino Secundário de Arouca e de Escariz e eventualmente a instituições ou particulares que colaborem com a Câmara/Biblioteca Municipal. ----------

----------A obra "Como um grão de areia" contempla 45 textos poéticos, escritos em estilos variados, recorrendo alguns ao verso solto enquanto outros revestem a forma de sonetos, quintilhas e sextilhas. "Como um grão de areia" aborda a temática da procura do sentido e da essência da vida, numa perspetiva muito humana, mas ao mesmo tempo espiritual, comparando a nossa existência a uma caminhada e a uma ascese, onde a humanidade, a natureza e o divino se comungam.»----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.------

----------12. AÇÃO SOCIAL/TELEASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO IDOSA – CANDIDATURAS:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara as candidaturas ao serviço de teleassistência à população idosa ou em situação socialmente vulnerável residente neste Município, formuladas nos termos do art.º 4.º do Regulamento de Prestação de Serviços de Teleassistência à Pessoa Idosa, por: ----------

----------1. Maria Conceição Teixeira Alves, residente em Aldeia, Moldes; ----------

----------2. Maria Rosa Pereira, residente no lugar e freguesia de Espiunca. ----------

----------Face à informação da DDS, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o primeiro pedido e indeferir o segundo uma vez que a requerente possui rendimentos superiores ao definido no referido regulamento. ----------

----------13. AÇÃO SOCIAL/PRESTAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL – CONCESSÃO:----------

---------- Foram presentes à consideração da Câmara os seguintes pedidos de concessão de prestações de natureza social: ----------

---------- Registo n.º 4.761, de 16 de agosto último, de Inês de Jesus Moreira, residente em Arrifana, Tropeço, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a realização de obras de beneficiação da casa de banho da sua habitação; ----------

---------- Registo n.º 6.275, de Hermenegildo da Costa Pinho, residente em Baixo, Canelas, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a reparação do telhado e da casa de banho da sua habitação. ---

---------- Registo n.º 6.068, de 16 de outubro findo, de Maria de Fátima Duarte Tavares, residente em Ponte de Telhe, Moldes, a solicitar que a Câmara suporte a totalidade dos encargos com os transportes escolares da sua educanda Mariana; ----------

---------- Registo n.º 4.818, de 20 de agosto findo, de José Luís Mendes dos Santos, residente em Casais, Alvarenga, a solicitar que a Câmara suporte a totalidade dos encargos com os transportes escolares do seu educando Ricardo; ----------

---------- Registo n.º 5.778, de Norvinda Brandão Paiva, residente em Adros, Santa Eulália, a solicitar que a Câmara suporte a totalidade dos encargos com os transportes escolares do seu educando Rui Filipe, a frequentar a Escola Serafim Leite, de S. João da Madeira; ----------

---------- Registo n.º 6.078, de 16 de outubro findo, de Maria Augusta Valente Teixeira Marques, residente na Rua Solada, freguesia de Escariz, a solicitar que a Câmara suporte a totalidade dos encargos com os transportes escolares da sua educanda Joana Filipa; ----------

---------- Registo n.º 5.337, em 13 de setembro findo, de Zaida Teresa Almeida Gonçalves, residente em Jugueiros, Várzea, a solicitar que a Câmara comparticipe a totalidade dos encargos com os transportes escolares da sua educanda Nair Filipa;----------

---------- Registo n.º 5.476, de 20 de setembro findo, de Carla Isabel Soares de Sousa, residente em Pade, Alvarenga, a solicitar que a Câmara suporte a totalidade dos encargos com os transportes escolares da sua educanda Lúcia Isabel.----------

---------- Os pedidos foram analisados pela comissão criada por deliberação tomada na reunião de 7 de novembro de 2017, tendo esta elaborado a proposta de comparticipação que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata. ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. ------

---------- 14. URBANIZAÇÃO/PLANO DIRETOR MUNICIPAL - AVALIAÇÃO - RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2013-2017 – VERSÃO FINAL: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a versão final do "Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território (2013-2017)" documento que "pretende traduzir o balanço da execução do instrumento de gestão territorial objeto de avaliação (PDM), onde, partindo da análise de informação de base territorial, se procedeu à definição de uma síntese e perspetiva do estado do ordenamento do território, de forma a obter orientações para a revisão do Plano Diretor Municipal". ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar o referido relatório e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal. ----------

----------15. CEMITÉRIOS/FREGUESIA DE CANELAS E ESPIUNCA – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO – COMPARTICIPAÇÃO:----------

----------Foi presente o ofício registado sob o n.º 6.205, em 22 de outubro findo, da Freguesia de Canelas e Espiunca a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério de Espiunca. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com a importância de €10.000,00 (dez mil euros). ----------

----------16. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ZONA INDUSTRIAL DE S. DOMINGOS – VENDA DE LOTES: ------- ----------

----------Foi presente a carta registada sob o número 6.094, em 16 de outubro último, de Daniel dos Santos Tavares, residente no lugar de Valdasna, nesta vila, a manifestar interesse na aquisição dos lotes de terreno n.º 7 e 8 que o Município possui no loteamento industrial de S. Domingos. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ordenar o desenvolvimento dos procedimentos necessários à alienação daqueles lotes, fixando em €15,00 (quinze euros) o seu preço base.

----------17. TURISMO/ALTERAÇÃO DO PROJETO DA PONTE SUSPENSA DA CASCATA DAS AGUIEIRAS (PONTE PEDONAL SUSPENSA SOBRE O RIO PAIVA) – PROJETO DE EXECUÇÃO: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução relativo à alteração do projeto da ponte suspensa da cascata das Aguieiras (ponte pedonal suspensa sobre o rio Paiva).----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquele projeto. ----------

----------18. TURISMO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADORES NOS PASSADIÇOS DO PAIVA – ADJUDICAÇÃO – MINUTA DO CONTRATO: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara o relatório final do júri que analisou as propostas dos concorrentes ao concurso público para aquisição de serviços de controladores nos Passadiços do Paiva, bem como a minuta do contrato a celebrar com a adjudicatária proposta. ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo: ----------

---------- Face às conclusões do referido júri, adjudicar a prestação de serviços à concorrente R. M. V. S., Unipessoal, Ld.ª, pelo valor hora proposto de €5,84 (cinco euros e oitenta e quatro cêntimos) de que resulta o valor estimado de €112.992,32 (cento e doze mil novecentos e noventa e dois euros e trinta e dois cêntimos). ---

---------- Aprovar a referida minuta do contrato. ----------

---------- 19. DEFESA DO AMBIENTE/INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS – AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO – PARECER:----------

---------- Foram presentes os e-mails registados sob os n.º 5.690, 5.699, 5.765, 6.175 e 6.177, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a solicitar o parecer a que se refere o n.º 1, art.º 9.º, do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos de autorização prévia apresentados por: ----------

---------- Olívia Maria da Conceição Figueiredo, para a re(arborização), com eucalipto comum, de uma área de 3,73 ha, nas freguesias de Escariz e Fermedo; ----------

---------- Fantina Maria Ataíde Coelho da Rocha Freire, para a re(arborização), com eucalipto comum, de uma área de 3,73 ha na Covela, freguesia de S. Miguel do Mato; ----------

---------- José Pedro Teixeira do Vale Quaresma, para a re(arborização), com eucalipto comum, de uma área de 2,54 ha na freguesia de Alvarenga;----------

---------- Navigator Forest Portugal, S. A., para a re(arborização), com eucalipto comum, de 7,11 ha em Folgosinho, freguesia de Tropeço;----------

---------- Duarte de Pinho Castro, para a re(arborização), com eucalipto comum, de 2,28 ha na freguesia de Escariz.------- ----------

---------- Com os fundamentos constantes da proposta aprovada na reunião de 4 de setembro do corrente ano, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, emitir pareceres desfavoráveis, votando contra a emissão desses pareceres os Vereadores senhores Fernando Mendes e Sandra Melo e abstendo-se o Vereador senhor Vítor Carvalho. ----------

---------- A Vereadora senhora Sandra Melo justificou o seu voto com a seguinte declaração: ----------

---------- "Os pareceres favoráveis dados pelos serviços às pretensões para rearborizar com eucaliptos são redigidos de acordo com a lei, logo voto favoravelmente a estes pareceres." ----------

----------20. DEFESA DO AMBIENTE/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL FLORESTAL E INFRAESTRUTURAS DE PROTEÇÃO DANIFICADOS PELOS INCÊNDIOS NO RIO ARDA E SEUS AFLUENTES – AVISO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: ----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara o aviso, o programa de procedimento e o caderno de encargos tendo em vista a aquisição de serviços de restabelecimento do potencial florestal e infraestruturas de proteção danificados pelos incêndios no rio Arda e seus afluentes.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, contratar a referida prestação de serviços, fixar em €171.329,00 (cento e setenta e um mil trezentos e vinte e nove euros) o respetivo preço base, adotar o procedimento de concurso público com publicidade internacional para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, nos termos do disposto no CCP. ---------- ----------

----------21. SERVIÇOS MUNICIPAIS/FORNECIMENTO DE GASÓLEO SIMPLES A GRANEL PARA 2018 E 2019 – ADJUDICAÇÃO – MINUTA DO CONTRATO: ----------

----------Foi presente o relatório final do júri que procedeu à análise das propostas dos concorrentes ao concurso público para o fornecimento de gasóleo simples a granel para 2018 e 2019, bem como a minuta do contrato a celebrar com a adjudicatária proposta.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: ----------

----------Face às conclusões do referido júri, adjudicar o fornecimento à concorrente GASPE – Combustíveis, Ld.ª pelo valor global proposto de €132.405,00 (cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinco euros);--------- ----------

----------Aprovar a referida minuta.----------

----------22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/CAMARC – CARPINTARIA E MARCENARIA DE AROUCA, LD.ª – PRORROGAÇÃO DE PRAZO: ----------

----------Foi presente o requerimento de CAMARC – Carpintaria e Marcenaria de Arouca, Ld.ª, com sede na Zona Industrial da Mata, Mansores, a solicitar a prorrogação do prazo da licença de construção do edifício previsto para o lote 3 do loteamento industrial de S. Domingos 2, nesta vila. ----------

----------Face à informação do Gabinete Via Verde, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.----------

----------23. DIVERSOS/REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS VIVEIROS DA GRANJA – CASA SEDE E CASA DE APOIO – PROCEDIMENTO SEM EFEITO ÚTIL:----------

---------- Em 8 de agosto do corrente ano a Câmara adjudicou, na sequência de prévio concurso público realizado para o efeito, a empreitada em epígrafe à concorrente ordenada em primeiro lugar na respetiva lista, tendo esta concorrente sido notificada para apresentar os documentos de habilitação e a caução exigidos nos termos previstos no programa de procedimento e no caderno de encargos.----------

---------- Na ausência da entrega daqueles documentos e da caução pedidos, esta Câmara, na reunião do dia 2 de outubro último, declarou a caducidade daquela adjudicação e adjudicou os trabalhos à proposta da concorrente ordenada no lugar subsequente, nos termos previstos nos artigos 86.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). ----------

---------- Vem agora o DAGF informar que:----------

---------- Feita a respetiva notificação, veio esta concorrente, JAMO-Construções e Engenharia Civil, Ld.ª, dar nota que, por ter no momento várias empreitadas a decorrer, abdica da adjudicação que lhe foi notificada; ---

---------- 2. Entre o termo do prazo para apresentação das propostas e a data da comunicação da adjudicação já decorreram mais de 66 dias úteis, prazo fixado no programa de procedimento durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a proposta, como prevê o art.º 65.º do CCP, pelo que o empreiteiro não é obrigado a manter a sua proposta nem pode ser sancionado por ter manifestado desinteresse na adjudicação dos trabalhos;----------

---------- 3. A lista de concorrentes admitidos ao concurso está esgotada pelo que a Câmara pode, se assim o julgar conveniente, deliberar abrir novo procedimento concursal tendo em vista a adjudicação dos trabalhos. ---- ----------

---------- A Câmara tomou conhecimento.----------

---------- 24. DIVERSOS/REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS VIVEIROS DA GRANJA – CASA SEDE E CASA DE APOIO – AVISO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS: --------

---------- Na sequência da deliberação que antecede, foram presentes à consideração da Câmara o aviso, o programa de procedimento e o caderno de encargos relativos à empreitada em epígrafe.----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, contratar a execução da referida empreitada, fixar em €497.194,05 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e noventa e quatro euros e cinco cêntimos) o respetivo preço base, adotar o procedimento de concurso público para o efeito e aprovar as referidas peças procedimentais, de acordo com a informação da DPO que se encontra a instruir o processo e nos termos do disposto no CCP. ----------

---------- 25. DIVERSOS/PASSAGEM DE ANO 2018/2019 – ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS – REGULAMENTO: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o regulamento que "visa regular a exploração de cinco espaços bar existentes no Terreiro Santa Mafalda durante a passagem de ano", documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o regulamento que antecede. ----- ----------

----------26. DIVERSOS/II CONCURSO MELHOR MONTRA DE NATAL – REGULAMENTO: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o regulamento do segundo concurso "melhor montra de Natal 2018", documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele regulamento.-

----------27. DIVERSOS/PERCURSO PEDONAL E CICLÁVEL DO VALE DE AROUCA - AQUISIÇÃO DE TERRENOS:- ----------

----------Pela senhora Presidente foram presentes as seguintes propostas: ----------

----------**1.** "O Sr. Ismael Silva Oliveira, contribuinte n.º 152 149 465, juntamente com a sua esposa, Sr.ª D. Vera Alice Tavares Pinto Oliveira, dispõem-se a vender, com destino à construção da ciclovia do vale de Arouca, pelo preço global de 3.925,31€, uma parcela de terreno com a área de 994 m², a confrontar de norte com os vendedores, do poente com António Teixeira Duarte Calçada, do sul com rio e nascente com herdeiros de Joaquim Gomes Fernandes, a destacar do prédio rústico, sito em Tapado, freguesia de Várzea e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 36 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 254, devidamente identificada com o número 55 na planta em anexo, nas seguintes condições: ----------

----------1) A Câmara Municipal obriga-se a deixar dois acessos, um com cerca de 2 m de largura e o outro com o mínimo de 3,5 m de largura, em local a definir pelos vendedores, da ciclovia ao prédio de onde é desanexada a parcela descrita anteriormente, através de portões, dos quais será entregue a chave aos vendedores.-- ----------

----------2) Obriga-se, ainda, à execução de passagens hidráulicas e eventuais drenos de forma a permitir o adequado escoamento das águas do restante prédio dos vendedores para o rio.----------

----------3) As árvores existentes na parcela a adquirir pelo Município continuarão a ser propriedade dos vendedores.-- ----------

----------Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal. ----------

----------**2.** "O Sr. Franclim de Jesus Almeida, contribuinte n.º 163 655 847, juntamente com a sua esposa, Sr.ª D. Guida Rosa de Oliveira, contribuinte n.º 171 266 978, dispõem-se a vender, com destino à construção da ciclovia do vale de Arouca, pelo preço global de 1.238,69€, uma parcela de terreno com a área de 272 m², a confrontar de norte com os vendedores, do sul e poente com rio e nascente com Fernando César Peres Portas

Magalhães, a destacar do prédio rústico, sito em Santo António, freguesia de Santa Eulália e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 258 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 369, devidamente identificada com o número 27 na planta em anexo, com a seguinte condição: ----------
---------- 1) As árvores existentes na parcela a adquirir pelo Município continuarão a ser propriedade dos vendedores. - ----------
---------- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal." ----------
---------- **3.** "O Sr. Prof. Dr. Elísio Fernando Moreira Brandão, contribuinte n.º 108 681 599, juntamente com a sua esposa, Sr.ª D. Maria Otilde Cascão da Costa Lima Brandão, dispõem-se a vender, com destino à construção da ciclovia do vale de Arouca, pelo preço global de 885,96€, uma parcela de terreno com a área de 230 m², a confrontar de norte e poente com o vendedor, do sul com Alberto Ferreira e nascente com Maria de Lurdes Jesus Melo, a destacar do prédio rústico, sito em Cadaval, freguesia de Urrô e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 3019 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 2937, devidamente identificada com o número 49 na planta em anexo, com a seguinte condição: ----------
---------- 1) o Município obriga-se, após o término da obra neste troço, a manter o acesso do caminho ao restante prédio do vendedor, bem como aos prédios que possuem servidão de passagem pelo mesmo e a pagar o título de cláusula penal o valor de 15€ por cada dia de atraso no cumprimento desta obrigação.----------
---------- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal." ----------
---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes e Vítor Carvalho, aprovar aquelas propostas. ----------

---------- 28. DIVERSOS/ADRIMAG – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS SERRAS DE MONTEMURO, ARADA E GRALHEIRA – COMPARTICIPAÇÃO:----------

---------- Foi presente a carta da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com o desenvolvimento das ações previstas nos projetos "EMER-N: Empreendedorismo em Meio Rural na Região Norte" e "Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Internacionalização da Marca Montanhas Mágicas", um e outro financiados pela União Europeia. ----------
---------- Aquando da apresentação deste assunto, o Vereador senhor Vítor Carvalho informou a senhora Presidente que nele tem interesse enquanto prestador de serviços de assessoria à ADRIMAG no âmbito de um dos projetos para que se pede o financiamento. ----------
---------- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com a importância de €5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros) nos encargos relativos ao projeto EMER-N, Empreendedorismo em Meio Rural e com €8.369,84 (oito mil

trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) nos encargos relativos ao projeto Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Internacionalização da Marca Montanhas Mágicas. ----------

----------29. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/INTRODUÇÃO DE MODOS SUAVES NA RUA EGAS MONIZ – AUTO N.º 7:----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 7, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €14.406,65 (catorze mil quatrocentos e seis euros e sessenta e cinco cêntimos). ---- ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------30. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO PLANO DOS CENTENÁRIOS PARA FINS TURÍSTICOS – AUTO N.º 8: ----------

----------Foi presente o auto de medição de trabalhos número 8, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €25.965,55 (vinte e cinco mil novecentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos).--------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------31. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ZONA POENTE DA VILA DE AROUCA – AUTOS N.º 6, 7 E 8:----------

----------Foram presentes os autos de medição trabalhos número 6, 7 e 8, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €12.645,00 (doze mil seiscentos e quarenta e cinco euros), €15.510,20 (quinze mil quinhentos e dez euros e vinte cêntimos) e €11.349,99 (onze mil trezentos e quarenta e nove euros e noventa e nove cêntimos).----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.---------

----------32. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DA PONTE PEDONAL SUSPENSA SOBRE O RIO PAIVA – AUTO N.º 7:----------

----------Foi presente o auto de medição de trabalhos número 7, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €73.636,42 (setenta e três mil seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e dois cêntimos). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.----------

----------33. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE AROUCA (CENTRO ESCOLAR EB 2/3 DE AROUCA) – AUTO N.º 3:---------- ----------

----------Foi presente o auto de medição de trabalhos número 3, relativo à empreitada em epígrafe, no calor de €29.120,65 (vinte e nove mil cento e vinte euros e sessenta e cinco cêntimos). ----------

---------- Aquando da apresentação deste assunto o Vereador senhor Fernando Mendes informou a senhora Presidente que nele tem interesse enquanto sócio da adjudicatária da empreitada, pelo que deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação. ----------

---------- A Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. ----------

---------- 34. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS DE HABITAÇÃO SOCIAL – BAIRRO SOCIAL DE S. PEDRO – AUTO N.º 1: ----------

---------- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 1, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €7.215,96 (sete mil duzentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos). ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. ----------

---------- 35. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO SOCIAL DE PADE - ALVARENGA – AUTO N.º 16: ----------

---------- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 16, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €27.472,96 (vinte e sete mil quatrocentos e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos). ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto. ----------

---------- III — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----------

---------- O Senhor José Luís Quintas Fevereiro pediu a palavra para: ----------

---------- **1**. Perguntar em que ponto está o projeto "Modos suaves Farrapa/Polo Escolar", salientando o estado degradado da via, bem como da Travessa Família Amaral, e que se trata de uma via municipal de grande fluxo de trânsito, servindo não só os flavienses como também os muitos arouquenses que ai transitam. Reforçou que se trata de uma reivindicação antiga da Junta de Freguesia de Chave, e que após a colocação de saneamento (e ainda bem) o estado da via se degradou; ----------

---------- **2**. Perguntar se está agendada uma intervenção na estrada da Ribeira, sendo necessário a retificação de algumas curvas e o derrube de um palheiro que se encontra a obstaculizar o trânsito na Ponte da Ribeira. Aproveitou para mais uma vez pedir que sejam removidos os paralelos junto à ponte, e a sua substituição por betuminoso, não compreendendo porque é que aquando das obras de alargamento daquela tal não foi feito. Disse que isto torna-se mais premente, tanto mais não fosse, pelo abandono do projeto da variante Ribeira/ZI Farrapa/Rossio; ----------

---------- **3**. Relativamente à EN 224-1, saber se houve desenvolvimentos recentes no processo, perguntando pergunto se é necessário morrer mais pessoas para que se intervencione na via. Disse Saber ser aquela uma estrada nacional, mas que a Câmara deve tudo fazer para que a mesma seja requalificada, pelo

menos na parte urbana da freguesia de Chave, mais concretamente com construção de passeios e colocação de passadeiras; ----------

----------**4**. Perguntar se há vontade da Câmara em concluir a pavimentação da estrada Regada/Soutelo/Ponte da Cela, já que se trata de um acesso rápido à nossa variante de Arouca; ----------

----------**5**. Perguntar se relativamente ao saneamento, se só se vai repor o que nos foi "tirado" aquando da fase anterior (há 2/3 anos) ou se vai chegar a outros lugares da nossa freguesia; ----------

----------**6**. Pedir que seja informado em que ponto se encontra a ampliação da ZI da Farrapa, esperando que, terminada que está a discussão pública, não estagne. Disse ainda que para si, a título pessoal, embora considere importante o turismo, considera muito mais estruturante e importante a Indústria não poluente e criadora de emprego qualificado; ----------

----------**7**. Perguntar para quando a conclusão das valetas da estrada Chão de Ave/Provisende e regularização das tampas das caixas das redes de água e saneamento; ----------

----------**8**. Informar a Câmara que já se encontra concluído projeto prévio de conversão da Escola do Tojal em Centro Cívico, referindo também que na Junta de Chave, desde 2005, sempre apresentaram vários pedidos/projetos, porque para além de ser nossa convicção que assim tem de ser, também é nossa obrigação. -

----------**9**. Por fim, agradecer que a reunião se tenha realizado na nossa freguesia, pena é que não tenha sido possível a visita à nossa terra para poder cabalmente aferir da pertinência das nossas pretensões.----------

----------Seguidamente o senhor Joel Moreira pediu a para usar da palavra para: ----------

----------**1**. Perguntar se há previsão para a conclusão da rede de saneamento básico no troço Farrapa/Chão-de-Ave; ----------

----------**2.** Reiterar a necessidade de requalificação do troço da EN224-1 a que se referiu já o senhor José Luís Fevereiro, de modo a criar as condições de segurança para quem por ela tem de circular. ----------

----------Por fim a senhora Margarida Martingo pediu a palavra para perguntar sobre o que a Câmara pode fazer para obrigar à limpeza dos terrenos florestais que confrontam com a sua habitação, onde existem árvores de porte significativo com a copa sobre o edifício, situação que está a contribuir para a sua degradação, além de constituir perigo para o prédio e para as pessoas que dele usufruem.----------

----------A esta munícipe, a senhora Presidente respondeu que, no que toca à gestão das faixas de combustível, o Município tem feito o que é humanamente possível fazer no hiato temporal que a lei define para atuar, não tendo capacidade técnica para solucionar todas as situações que derivam de conflitos entre os particulares. Disse ainda que, em todo o caso, vai encarregar os serviços de procederam a uma análise cuidada da situação agora exposta, tentando encontrar a solução do problema. ----------

----------Às questões formuladas pelo senhor Joel Moreira a senhora Presidente respondeu que: ----------

---------- **1.** A Câmara está a proceder, juntamente com a empresa Águas do Norte, ao mapeamento das zonas servidas pela rede de saneamento que importa completar; ----------

---------- **2.** Está a ser desenvolvido, no âmbito da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, o estudo para a requalificação da EN224-1, esperando que muito em breve seja encontrada uma solução que permita, a curto prazo, a sua beneficiação na totalidade do troço implantado no território do Município. ----------

---------- A propósito dos assuntos suscitados pelo senhor José Luís Quintas Fevereiro a senhora Presidente referiu que: ----------

---------- **1.** Como é do conhecimento da Junta de Freguesia, o projeto está a ser trabalhado, esperando poder em breve fazer a sua apresentação; ----------

---------- **2.** Regista a pretensão;----------

---------- **3.** Conforme a Junta de Freguesia também tem conhecimento, o Município, comungando das preocupações expressas, está a trabalhar no projeto de requalificação da EN224-1, no âmbito da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, pese embora o facto de a estrada ser responsabilidade da empresa Infraestruturas de Portugal; ----------

---------- **4.** Regista, também, a pretensão; ----------

---------- **5.** A obra está a ser realizada pela SIMDOURO, que deverá ficar concluída até ao fim do ano em curso, irá permitir o fecho de alguma rede de saneamento na freguesia, estando-se já a trabalhar, em conjunto com a empresa Águas do Norte, no sentido de ampliar essa rede;----------

---------- **6.** Como é também do conhecimento da Junta de Freguesia, o Plano de Urbanização do Espaço Industrial Farrapa-Rossio esteve em discussão pública, encontrando-se agora os serviços a elaborar o relatório final respetivo para em breve ser presente à consideração da Câmara para aprovação;----------

---------- **7.** A empresa adjudicatária foi já notificada para completar os trabalhos que, no âmbito da empreitada, se encontram ainda por realizar;----------

---------- **8.** Tomava conhecimento. ----------

---------- APROVAÇÃO EM MINUTA: ----------

---------- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.----------

---------- Eram 17 horas e 30 minutos. ----------

----------Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pela senhora Presidente e por mim, , Coordenador Técnico do Departamento de Administração Geral e Finanças que a redigi.----------